



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO ELETRÔNICO TC 17898/16

CONTROLE DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL – APOSENTADORIA – PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS – REGULARIDADE DOS CÁLCULOS PROVENTUAIS – ATO EXPEDIDO POR AUTORIDADE COMPETENTE – LEGALIDADE DO ATO APOSENTATÓRIO – CONCESSÃO DO REGISTRO.

ACÓRDÃO AC1 TC 00059/ 2018

1. DADOS SOBRE A APOSENTADORIA:
 - 1.1. NATUREZA: **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**
 - 1.2. APOSENTANDO(A):
 - 1.2.1. Nome: **DENISE DE CASTRO CUNHA RIBEIRO**
 - 1.2.2. Matrícula: **14.557-2**
 - 1.2.3. Cargo/Função: **Economista**
 - 1.2.4. Lotação: **Secretaria de Trabalho, Produção e Renda**
 - 1.2.5. Tempo de contribuição: **11.961 dias**
 - 1.3. ATO APOSENTATÓRIO:
 - 1.3.1. Data: **25/11/2016**
 - 1.3.2. Órgão e data de publicação: **Semanário Oficial do Município de João Pessoa, nº 1556, de 20 a 26/11/2016**
 - 1.3.3. Autoridade Emitente: **Superintendente do IPM de João Pessoa, Senhor MOACIR DO CARMO TENÓRIO JÚNIOR**
2. CONCLUSÕES DA AUDITORIA (fls. 66/67): após análise de defesa¹, concluiu pela regularidade dos cálculos proventuais e legalidade do ato aposentatório, merecendo o seu competente registro.
3. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TRIBUNAL: Oral, na Sessão, pela legalidade da aposentadoria e concessão do registro.
4. VOTO: considerando o relatório da Auditoria e análise dos autos, concluo que o processo está devidamente instruído, os cálculos proventuais estão corretos e o servidor preencheu todos os requisitos para se aposentar pela regra constante no ato concessório, o qual foi expedido por autoridade competente, de modo que Voto pela sua legalidade e concessão do competente registro.

ACORDAM, à unanimidade, os integrantes da PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na Sessão realizada nesta data, em reconhecer a legalidade do ato -- expedido por autoridade competente, em favor de servidor apto ao benefício -- e do correspondente cálculo de proventos, elaborado pelo Órgão de Origem, concedendo-lhe o competente registro.

Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se.
Sala das sessões da 1ª Câmara do TCE-PB
Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa
João Pessoa, 25 de janeiro de 2018.

mgsr

¹ Ausência de comprovação do estado civil do(a) ex-servidor(a), fls. 48/52.

Assinado 31 de Janeiro de 2018 às 09:38



Cons. Fábio Túlio Filgueiras Nogueira
PRESIDENTE

Assinado 26 de Janeiro de 2018 às 11:45



Cons. Marcos Antonio da Costa
RELATOR

Assinado 30 de Janeiro de 2018 às 10:45



Manoel Antonio dos Santos Neto
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO